


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE ARARAQUARA**
**FORO DE ARARAQUARA**
**1ª VARA CÍVEL**

Rua dos Libaneses, 1998, Térreo - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq1cv@tjsp.jus.br

**CONCLUSÃO**

Em 30 de agosto de 2018, faço os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Araraquara, Dr. **João Battaues Neto**. O referido é verdade. Nada mais. Eu, Marcela Consolin Dezotti Tanganelli, digitei.

Processo nº: **1008639-49.2018.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça**  
 Requerente: **Luciana Aparecida D'afonseca e Silva e outro**  
 Requerido: **Roberto Vinicius Gonçalves Inocência e outros**

Justiça Gratuita

**SENTENÇA**

Vistos.

**LUCIANA APARECIDA D'AFONSECA e SILVA e CARLOS D'AFONSECA E SILVA**, qualificados na inicial, ajuizaram a presente **AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE** contra **ROBERTO VINICIUS GONÇALVES INOCÊNCIA, TAIANY DOS SANTOS DALL'ACQUA e DANIELA RAMOS DOS SANTOS**, também qualificados, aduzindo na inicial, em síntese, que: a) os requeridos invadiram imóvel de sua propriedade; b) requer a procedência do pedido.

Regularmente citados, os requeridos ofereceram contestação (fls. 32/41).

A tentativa de conciliação resultou infrutífera (fls. 73).

Não houve réplica (fls. 88).

Em síntese, o relatório.

Fundamento e decido.

Os fundamentos que autorizaram o deferimento da liminar subsistem, devendo ser reiterados na presente oportunidade.

Assim como em audiência, na contestação já oferecida, os requeridos admitem terem invadido o imóvel de propriedade dos autores em razão de dificuldades financeiras, sustentando também que os requerentes não observam as condições necessárias para continuar com o imóvel,

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE ARARAQUARA****FORO DE ARARAQUARA****1ª VARA CÍVEL**

Rua dos Libaneses, 1998, Térreo - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq1cv@tjsp.jus.br

fato que vai ser apurado perante a Secretaria Municipal da Habitação.

Como se vê, o esbulho é expressamente admitido pelos requeridos.

Se os autores serão ou não impedidos de continuar com o imóvel pela Municipalidade, isto não é decisão a cargo dos requeridos que, antecipando-se a qualquer deliberação, preferiram invadir o imóvel. À evidência, aos requerentes deve ser garantido o devido processo legal em relação a eventual imputação a ser apresentada pelo órgão público. Até lá, o direito de posse deve ser resguardado.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido deduzido na inicial para o fim de consolidar a liminar deferida a fls. 74/75, reconhecendo o direito de posse em favor dos autores. Indevidas as custas e despesas processuais em razão da gratuidade de Justiça, arcarão os requeridos com os honorários advocatícios que fixo em 10% do valor atualizado da causa, observada a garantia do artigo 98, § 3º do Código de Processo Civil.

P.I.

Araraquara, 30 de agosto de 2018.

**João Battaús Neto**

Juiz de Direito

(assinatura eletrônica)